

ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL. Lígia Cristina Franchi dos Santos, Professor Doutor José Fernando Siqueira da Silva (orientador) – Serviço Social – Departamento de Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

É de grande relevância a realização de estudos e de pesquisas na área da defesa dos direitos da infância e da juventude, com o objetivo de elaborar respostas possíveis que possam se constituir em contribuições essenciais na construção de um processo de relações pautado em condições dignas de existência social.

Sabemos que a humanidade, desde sua origem, pratica contra suas crianças e adolescentes atos violentos, sendo a violência doméstica uma das várias modalidades de expressão dessa violência. As raízes desse fenômeno também estão associadas ao contexto sócio-histórico e político-cultural em que se insere, não sendo possível, portanto, uma análise isolada e circunscrita na relação estabelecida entre pais e filhos e desenvolvidas no núcleo familiar. Mesmo este relacionamento interpessoal, a qual configura um padrão abusivo de interação pai-mãe-filho, foi construído historicamente por pessoas que, ao fazê-lo, revelam marcas de sua história pessoal no contexto da história socioeconômica, política e cultural da sociedade. (SILVA, 2004)

O campo de trabalho dos assistentes sociais a área da justiça, nos últimos anos, vem tendo uma expansão significativa também condicionada ao processo de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A inserção desses profissionais tem se pautado na defesa incondicional dos direitos da criança e do adolescente, sendo que a intervenção com famílias vem ganhando uma visibilidade cada vez maior, especialmente em situações de violência. Por inúmeras razões, estas situações são extremamente desafiadoras e estão relacionadas tanto às formas de compreender os complexos fenômenos que se manifestam na sociedade brasileira contemporânea, como às leituras sobre a intervenção profissional do Serviço Social. Ao se considerar a conjuntura enfrentada pelos assistentes sociais, tanto no âmbito da violência infantil quanto no seu cotidiano profissional, é nítida a necessidade de um projeto de formação profissional consistente (já expresso no projeto ético-político da profissão), demarcado pelos dilemas atuais da sociedade brasileira (SANT'ANA, 2000).

Os procedimentos operacionais do presente trabalho foram realizados através da utilização de pesquisa bibliográfica e de fontes eletrônicas (Internet), que se identificam com a temática, objetivando compreender a importância do estudo de violência doméstica. A metodologia da pesquisa em desenvolvimento pauta-se na abordagem qualitativa, onde os instrumentais utilizados foram entrevistas com roteiro semi-estruturado, destacando a importância de ouvir os sujeitos e assim conhecer sua realidade através deles próprios. Foram elaboradas questões abertas que possibilitaram ao sujeito expressar os elementos que julgasse necessário sobre o tema em pauta. Para isso foi utilizada a técnica da gravação, com a prévia autorização dos sujeitos. Os sujeitos da pesquisa são assistentes sociais e psicólogos da Casa do Aconchego e do Fórum (Vara da Infância e Juventude), o promotor da Vara da Infância e Juventude e uma Conselheira Tutelar, todos envolvidos no processo de acolhimento e acompanhamento de casos de violência doméstica infantil na cidade de Franca.

Através desse estudo vem sendo possível, preliminarmente, constatar que a casa identifica-se como um ambiente onde a criança não é protegida. Nesse sentido, violências físicas, negligências, abusos sexual e de gênero ocorrem predominantemente no espaço doméstico, o que nos faz pensar na urgente necessidade de estratégias para potencializar o ambiente familiar como um ambiente de proteção e segurança. É necessário, ainda, considerar o aspecto cultural que permeia a relação interfamiliar, ou seja, a violência doméstica contra crianças é uma prática muito disseminada culturalmente, haja vista os processos educacionais que envolvem violência. Nesse sentido, é preciso enfocar as mudanças das práticas sociais no enfrentamento da educação violenta que vige em nossa sociedade de forma tão natural e cristalizada.

Uma das maiores dificuldades encontradas no presente trabalho foi a falta de informações confiáveis e até mesmo sistematizadas sobre a violência doméstica. Não há padronização dos dados, os registros são independentes e não existem estatísticas oficiais ou de pesquisas. Os dados não se encontram

sistematizados, fato que gera a falta do monitoramento e de avaliação das políticas voltadas para este segmento. Embora, as fontes não sejam confiáveis, notou-se um aumento no número de denúncias de casos de violência contra crianças e adolescentes.

Uma das problemáticas mais apontadas foi a falta de acolhimento dos adolescentes, pois não existe em Franca, atualmente, nenhuma referência para acolher adolescente:

“(...) abrigo pra adolescente que não tinha, não tem até hoje, da época da promulgação do ECA, até hoje, ainda não tem em Franca. Existe uma possibilidade não de ser um abrigo, mas de ter vagas pra adolescentes na Aldeia SOS que é um novo programa que está pra acontecer, quer dizer, está pra acontecer não, tem uma previsão, não sei se vai ser tão rápido. Previsão daqui um ano mais ou menos que vai acontecer.(...)” (assistente social Casa do Aconchego)
“(...) A princípio eu acho que a Casa do Aconchego responde bem ao que é exigido dela, atende a criança, e não atende adolescente e aí está faltando um lugar para os adolescentes (...) (psicóloga Judiciário)”.

No enfrentamento da violência doméstica, os entrevistados apontaram a necessidade de maior empenho por parte das Prefeituras na melhoria da qualidade do serviço oferecido pelos Conselhos Tutelares no atendimento, notificação e encaminhamento das crianças vítimas no município.

Nota-se que as iniciativas que buscam manter crianças vítimas de violência doméstica sob guarda temporária em uma outra família que não a de origem, tem sido vista com bons olhos pelos entrevistados. Esta iniciativa se distingue da adoção e segue a linha da desinstitucionalização de crianças. No caso de Franca temos, desde 2002, o Programa Família Acolhedora, que conta com Famílias de Apoio que fazem o acolhimento por tempo indeterminado, e Famílias Eventuais que acolhem por períodos determinados. Vale ser ressaltado que a experiência no município tem sido referência para outras cidades do Estado, já que este programa se apresenta como alternativa de acolhimento familiar de crianças e de adolescentes em situação de risco, garantindo a convivência familiar e comunitária.

Verifica-se, com o presente estudo, que os projetos de prevenção à violência, especificamente os que prestam atendimento às vítimas, não dão prioridade ao agente agressor. Está sendo iniciado um projeto com as famílias de origem, mas não possuem medidas alternativas para os agressores, bem como não há o envolvimento de toda família. O que se observa é que esses projetos trabalham com as consequências e sintomas, e não focam as verdadeiras razões e causas da violência, realizando um trabalho de atendimento de curto prazo, com pouco impacto para o combate à violência.

É possível observar, ainda, que faltam programas que auxiliem o regresso das crianças para suas famílias de origem (quando isso é viável), já que pouco tem sido feito nesse sentido. Os programas poderiam considerar formas de prevenção da violência onde a família da vítima fosse um parceiro, não focalizando somente o atendimento às vítimas.

Sem dúvida, é necessária uma maior atenção por parte do Poder Público e das próprias instituições que atendem essa população, em obterem resultados e avaliações dos resultados sobre suas ações. No Brasil há uma cultura cristalizada onde, ao lidar com famílias que possuem dinâmicas violentas, os órgãos públicos imediatamente manifestam-se a favor da retirada da criança. Isso demonstra como há falta de trabalhos que capacitem as famílias para receberem a criança e reverem seus procedimentos, inibindo o encaminhamento de jovens para instituições.

O acolhimento familiar é muito recente em nosso país, além de ser ainda marcado pela caridade, pelo assistencialismo, onde muitas pessoas, hospitais, entidades religiosas fazem o trabalho de intermediação entre as crianças e a sociedade. Acreditam, por isso, que fazem um bem, quando se trata de uma função exclusiva da Justiça. Cabe ao Estado, por meio do Poder Judiciário, promover os encaminhamentos e treinamentos necessários para a adoção (e outras modalidades de apoio).

O grande problema nessa questão é que geralmente essas intermediações não são feitas por troca de dinheiro, e como não existe uma sanção criminal para as intermediações em que não haja pagamento de

dinheiro e recompensa, crime hoje é vender a criança, intermediar recebendo dinheiro ou recompensa, dessa forma, fica difícil de coibir, dependendo da consciência de cada um.

Nesse sentido, o Serviço Social deve, também nessa área, facilitar a efetivação de cidadania e de direitos sociais, principalmente os da criança e adolescente, pois, além de conviverem com a violência cotidiana, são espectadores da destruição da humanidade. É nesse sentido que a violência pode (e normalmente o faz) gerar graves consequências para o futuro.

É preciso dar visibilidade ao fenômeno da violência, bem como ampliar o campo de ações consequentes através de Políticas Públicas e do envolvimento da sociedade civil no processo de construção da cidadania e de projetos que privilegiem a justiça social.

Bibliografia Básica

ABRAPIA / Lauro Monteiro Filho e Luciana Barreto Phebo (coordenação) *Maus-tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção*: guia de orientação para educadores, Coleção Garantia de Direitos FIA, Autores & Agentes & Associados, Petrópolis, 1997.

ABRAPIA / Lauro Monteiro Filho e Vania Izzo de Abreu (coordenação) *Abuso sexual contra crianças e adolescentes*, Coleção Garantia de Direitos FIA, Autores & Agentes & Associados, Petrópolis, 1997. Disponível em: < www.abrapia.org.br >. Acesso em 20 nov. 2004, 16:30

ARIÉS, P. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUERRA, Viviane N. de Azevedo e AZEVEDO, Maria Amélia. *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. *Pele de asno não é história: um estudo sobre a vitimização de crianças e adolescentes em família e molestação sexual*. São Paulo.: Roca, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *“Renovação e conservadorismo no Serviço Social”*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Serviço Social na Contemporaneidade; trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: *Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do Assistente Social/ Organização*: Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9 região-2002-2005). São Paulo: O Conselho, 2004

SANT’ANA, Raquel Santos. *“O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social”*. In *Serviço Social & Sociedade*, 62. São Paulo: Cortez, 2000

SILVA, José Fernando Siqueira da. *“Justiceiros” e violência urbana*. São Paulo: Cortez, 2004

